

ANDRÉA EHLKE

PRECEDENTES

- Constitucionalidade
- Ação Rescisória por Afronta de Precedente Vinculante
- Violação do Juízo Arbitral aos Precedentes
- Modulação dos Precedentes

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2021

Copyright © 2021 by Andréa Ehlke

Categoria: Argumentação e Linguagem Jurídicas

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

E33p

Ehlke, Andréa

Precedentes : constitucionalidade, ação recisória por afronta de precedente vinculante, vinculação do juízo arbitral aos precedentes, modulação dos precedentes / Andréa Ehlke. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

424 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 377-404.

ISBN 978-65-5510-660-2

1. Precedente. 2. Código de Processo Civil de 2015. 3. Constitucionalidade. 4. Modulação. 5. Juízo Arbitral. I. Título.

CDD 346

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

1. Introdução	1
2. Sistema de Precedentes.....	3
2.1. <i>Civil Law</i>	11
2.2. <i>A Common Law</i>	14
2.3. Situação Brasileira.....	19
2.4. Diferença entre jurisprudência e precedentes.....	42
2.5. Quando o precedente tem efeito vinculante	53
2.6. Tribunais que formam precedentes.....	62
2.7. <i>Ratio Decidendi</i>	67
2.7.1 Construção da <i>Ratio Decidendi</i>	88
2.8. <i>Distinguishing</i>	111
2.9. <i>Overruling</i>	114
2.10. Segurança jurídica e isonomia	123
3. Sistema de Precedentes Brasileiros após o Novo Código de Processo Civil	135
4. Súmulas	139
5. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	159
5.1. Processamento do IRDR	163
5.1.1. Instauração ou Admissão.....	163
5.1.2. Afetação.....	166
5.1.3 Instrução do IRDR	167

5.2. Sujeitos Processuais do IRDR.....	169
5.2.1. Sujeitos Condutores	169
5.2.2. Sujeitos Sobrestados	171
5.2.3. <i>Amicus Curiae</i>	173
5.2.4. Ministério Público e Defensoria.....	174
5.3. Julgamento	175
5.4. Recursos.....	180
5.5. Estabilidade da Decisão Julgada no IRDR.....	181
6. O Incidente de Assunção de Competência.....	183
6.1. Legitimidade para Requerer a Assunção de Competência.....	186
6.2. Eficácia da decisão do incidente de assunção de competência	189
7. Recurso Excepcionais Repetitivos.....	193
8. O Livre Convencimento do Juiz.....	203
9. Controle da Constitucionalidade das Leis.....	213
10. Constitucionalidade dos Precedentes Vinculantes	217
11. Reclamação.....	227
11.1. Legitimidade Ativa e Passiva na a Reclamação.....	239
11.2. Procedimento.....	240
12. Ação Rescisória por Afronta a Precedente Vinculante	243
12.1 Respeito a Lei Vigente para o Ajuizamento da Rescisória	259
12.2 Prazo: Decisão de Mérito ou Capítulo não Recorrido.....	261
12.3 Juízo de Admissibilidade do Recurso	262
12.4 Do Julgamento Liminar de Improcedência.....	263
12.5 Prazo para o Ajuizamento da Ação Rescisoria	264

13. Vinculação do Árbitro aos Precedentes Judiciais.....	273
13.1 A Submissão dos Árbitros as Decisões do Supremo Tribunal Federal em Controle Concentrado de Constitucionalidade.....	292
13.2 Consequências do Descumprimento pelo Árbitro das Decisões Vinculantes.....	296
14. Introdução dos Precedentes no Processo do Trabalho.....	303
15. Modulação dos Precedentes.....	321
Conclusão.....	373
Referências Bibliográficas	377